

## NOTA PÚBLICA

### dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil:

Saudação ao MEC/INEP pelas questões presentes nesta edição do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - 2015

Os Fóruns de EJA do Brasil, aos lembrarmos que o ENEM foi criado pelo ministro da Educação Paulo Renato, em 1998, no governo FHC, tendo sempre servido como ranqueamento entre escolas privadas pautado no discurso de excelência, e que, o ministro da Educação Fernando Haddad, em 2009, no governo Lula, reformulou o referido exame atrelando-o à política de cotas raciais e sociais, transformando-o em uma perspectiva de Educação Superior pública e gratuita, entendemos a enorme polêmica que se coloca em torno do ENEM, pois sua faceta popular, não o afastou da perspectiva meritocrática.

Discordantes dessa perspectiva e adeptos da Educação Libertadora, Emancipatória, de Qualidade Social, vimos o tema da redação do Enem/2015 "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira", como um avanço para a construção de uma sociedade livre, democrática, que combata o sexismo, a lesbofobia e a transfobia, o fundamentalismo, o conservadorismo, enfim, toda forma de manifestação do machismo.

Vemos, em nosso cotidiano, educandas e educadoras sendo vítimas de violências de vários tipos e níveis, e sabemos da relevância desse tema para os sujeitos educandos, educadores e gestores da modalidade. Historicamente, a mulher teve o acesso

restrito à escolarização devido a uma sociedade marcada pelo modelo patriarcal que a conduziu à invisibilidade e ao espaço privado. Mesmo quando passou a frequentar a escola, recebeu uma educação de qualidade questionável e pôde frequentar quase que unicamente os anos iniciais. Tem havido avanços consideráveis, mas não suficientes para romper com a desigualdade social e com a exclusão de gênero.

Atualmente, existem no Brasil cerca de 13,9 milhões de pessoas não alfabetizadas e, de acordo com MEC/INEP (2012), existem hoje cerca de 3.906.877 educandos e educandas matriculados na EJA, na Educação Básica. E a maioria é mulher. Cada uma dessas mulheres não alfabetizadas vem sendo privada de seu direito constitucional à educação. O mesmo ocorre com aquelas com 15 anos ou mais que não frequentaram o Ensino Fundamental e com aquelas com 18 anos ou mais que não frequentaram o Ensino Médio.

Por estas e outras razões, em nossos encontros nacionais, desde 1998, vimos propondo a realização de busca ativa para a EJA, promovida em nível nacional com a indução do Ministério da Educação no horário nobre em TV, no rádio, no horário do jogo de futebol, em programas religiosos, de

madrugada quando os trabalhadores estão escutando seus radinhos, seus celulares e podem ouvir em linguagem adequada, para dizer aos sujeitos da EJA em linguagens acessíveis, inclusive a visual, quando for na TV, no outdoor, no cartaz pregado, inclusive, na padaria, por exemplo. Esta chamada deve ser feita dizendo que estudar é um direito deles se eles e elas assim o desejarem. Nós dos Fóruns de EJA do Brasil, temos propostas de ação de maneira a se alcançar o previsto nas Metas 8, 9 e 10 da Lei 13.005/14, Plano Nacional de Educação, tais como, a necessária orientação aos gestores e gestoras municipais e estaduais quanto à relevância e necessidade da formação específica de educadores e educadoras para atuar com turmas de EJA; quanto à construção coletiva do Currículo da EJA, contando com a participação de educandos, educadores, Movimentos Sociais, Fóruns de EJA do Brasil, Educação Superior, para além e independentemente da Base Curricular Nacional Comum; quanto à previsão legal, constante da LDB, quanto à possibilidade e viabilidade de flexibilização de tempos e espaços físicos e educativos na EJA; sobre a necessidade da conquista da isonomia do fator de ponderação da EJA no Fundeb.

Sabemos que, raramente, estudantes do Ensino Médio estão habilitados a discutir Paulo Freire e Simone de Beauvoir. Entretanto, queremos que toda mulher seja reconhecida em todos os espaços, lugares e territórios onde seja! Assim, saudamos a iniciativa do MEC/INEP na elaboração de questões presentes nesta edição do ENEM que fazem refletir sobre a desigualdade, a exclusão, a discriminação, o preconceito, o machismo e o racismo. Elogiamos, por avaliar que falta esta coragem para a implementação de ações que visem o pagamento de uma dívida social histórica, quando o MEC/INEP não se manifesta quando se trata de outros aspectos da diversidade do povo brasileiro,

como, por exemplo, a retirada da Nota Técnica 24/2015 do site do Ministério; a inércia em relação à matança de indígenas; a inoperância em relação ao fechamento das escolas do Campo que já totalizam, apenas em 2014, mais de quatro mil; se considerarmos os últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de trinta e sete mil unidades educacionais a menos no meio rural e se dividirmos esses números ao longo do ano, temos oito escolas rurais fechadas por dia em todo país.

Avaliamos que não podemos, em nenhum momento, esquecer quem são os sujeitos trabalhadores e trabalhadoras com os quais pensamos a proposição de política pública, pois em nosso modelo econômico, suas condições é que desenham as situações de aviltamento e alijamento de direitos destinados a eles e a elas.

Nós, dos Fóruns de EJA do Brasil, não queremos mais educandas agredidas ou mortas; não queremos mais educadoras agredidas ou mortas; não queremos mais pesquisadoras agredidas ou mortas; não queremos mais gestoras agredidas ou mortas. Enfim, lutamos para que esteja próximo o dia em que adultas, ateias, camponesas, catadoras de recicláveis, ciganas, domésticas, donas de casa, idosas, jovens, lésbicas, mulheres com deficiência, negras, pobres, presidiárias, profissionais do sexo, religiosas, torcedoras de times de futebol, transexuais, enfim, mulheres não sejam mortas por serem quem são e como são.

Sigamos na luta pela humanização da humanidade!

Agradecemos sempre, por estarmos juntos, misturados e do mesmo lado pela Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Popular com qualidade social!